

editorial
editorial

entrevista
interview

ágora
agora

tapete
carpet

artigo nomads
nomads paper

projeto
project

expediente
credits

próxima v!rus
next v!rus

PROJETO
PROJECT

PICO COLECTIVO COMO METODOLOGIA PROJETUAL EM TERRITÓRIOS FRAGILIZADOS
PICO COLECTIVO AS A DESIGN METHODOLOGY FOR FRAGILE TERRITORIES
MARIANA SANT'ANNA, VERA LUZ

V!22

REVISTA V!RUS
VIRUS JOURNAL

issn 2175-974x
julho . july 2021



Mariana Tealdi Sant'Anna tem graduação em Arquitetura e Urbanismo e é mestranda em Urbanismo, no Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas. É membro do Laboratório de Desenho de Estratégias Urbano-Regionais (LADEUR) da mesma instituição. Tem como temas de pesquisa projeto participativo, fragilidades socioespaciais e ambientais, pertencimento e PICO Colectivo. mari.tealdi@gmail.com
<http://lattes.cnpq.br/4528252278208162>

Vera Santana Luz tem graduação em Arquitetura e Urbanismo e é doutora em Arquitetura e Urbanismo. É professora e pesquisadora do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, onde orienta pesquisas sobre os temas arquitetura, urbanismo, meio ambiente, sustentabilidade e soluções baseadas na natureza, e territórios com fragilidades socioespaciais e ambientais. veraluz@puc-campinas.edu.br
<http://lattes.cnpq.br/2708934593900531>

Como citar esse texto: SANT'ANNA, M. T.; LUZ, V. PICO Colectivo como metodologia projetual em territórios fragilizados. **VIRUS**, São Carlos, n. 22, Semestre 1, julho, 2021. [online]. Disponível em: <<http://www.nomads.usp.br/virus/virus22/?sec=7&item=1&lang=pt>>. Acesso em: 17 Jul. 2021.

ARTIGO SUBMETIDO EM 7 DE MARÇO DE 2021

Resumo

Este artigo tem como objetivo discutir soluções metodológicas e projetuais de estudo de caso, como alternativa a fenômenos da segregação socioespacial, percebidos principalmente em países dependentes da América Latina. Como raiz presente, o continente compartilha uma história marcada pelo colonialismo e desigualdade, contemplando similitudes e diferenças socioterritoriais. PICO Colectivo, coletivo arquitetônico multidisciplinar venezuelano, atua em territórios fragilizados especialmente em seu país, para o que, busca-se o reconhecimento de especificidades da Venezuela como situação sistêmica. Articula-se o estudo de caso de maneira metodologicamente dialética, mediante sua interpretação perante referências teóricas e pela investigação crítica de sua atuação. Os resultados incluem a compreensão inicial de condicionantes desdobráveis a outros países sul-americanos dependentes como analogia ao fenômeno de segregação socioespacial. A investigação de princípios, processos organizativos, de inserção social e metodologias de projeto do coletivo objetiva construir um inventário pressupondo hipóteses de replicabilidade circunstanciada a especificidades de outros países do

PT | EN

continente ou de territórios do Sul Global. Intenta-se uma reflexão sobre o papel da arquitetura e urbanismo como agentes em uma sociedade segmentada, em direção à superação de ações instrumentadas pelo sistema hegemônico de acumulação de capital. Indagam-se possibilidades de uma profissão e disciplina tão dependentes de investimento, em encontrar alternativas metodológicas, projetuais e técnicas que possam fomentar transformações conjunturais compartilhadas em sua inserção no território, em direção a alterações estruturais de caráter político.

Palavras-chave: América Latina, PICO Colectivo, Projeto participativo, Lugar, Direito à cidade

1 À guisa de introdução: em busca de possibilidades da arquitetura para a autonomia de comunidades

Este artigo está articulado a uma pesquisa¹ que investigou, de forma dialética, métodos de constituição de soluções de um coletivo de arquitetura de caráter multidisciplinar e seu compromisso com o território em que se inserem, como ações participativas. Mediante seleção de projetos, a partir da investigação da metodologia preconizada pelo coletivo, pretendeu-se sua análise crítica e a discussão sobre sua repercussão como exemplaridade em busca por resistência perante a segregação socioespacial em países dependentes latino-americanos. Articulou-se esta aproximação com a fundamentação teórica, com referência a diversos autores, cujos princípios apontam para a autonomia e emancipação anti-hegemônica nas situações de dependência e subordinação, o que mais recentemente – no advento da mundialização da economia – pode-se definir como Sul Global.

Pretende-se, a partir desse estudo de caso localizado, considerar suas condicionantes sistêmicas e correspondências à reflexão sobre problemas de caráter estrutural de processos de urbanização de territórios periféricos dependentes, particularmente na América Latina, cujas regiões desassistidas revelam, pela estratificação socioespacial, sua precariedade e exclusão. Considera-se que, dada a história colonial e a estrutura global que articulam atualmente os países latino-americanos, mesmo contemplando diferentes especificidades socioterritoriais, haja aspectos constantes. Discussões sobre recentes ondas progressistas apontam para o enfrentamento da encruzilhada entre autonomia cultural e civilizatória, por um lado, e subserviência ao capital, por outro, que se fundamentam como projetos de país. Neles, nos limites mais desfavoráveis de adesão, o capital e o Estado fazem alianças espoliativas pela superexploração do trabalho e superexploração dos recursos naturais, e onde a renda da terra urbana é um instrumento de acumulação e poder (SANTOS, 2019; HARNECKER, 2019).

Lançando um olhar que parte inevitavelmente da condição brasileira – nosso ponto de vista, nossa experiência cotidiana e contexto de nossas ações –, foi intentado debruçar-se sobre uma circunstância venezuelana – de caráter local, porém com consciência territorial – como estratégia de aproximação. Acreditamos que a contextualização de um fenômeno relativamente particular em suas especificidades possa informar reverberações e simultaneidades de propósitos em nossos territórios latino-americanos, seja por somatória, estabelecimento de redes, troca de experiências ou pela sistematização de condicionantes comuns ou contrastantes, como um passo a mais para a identidade latinoamericana se afirmar. Esta tensão metodológico-conceitual não visa uma generalização diluidora, mas apontar para similitudes, sem a pretensão de esgotamento. Deixar explícito nosso ponto de vista inevitavelmente estrangeiro, desde o Brasil, buscando detectar correspondências, nos pareceu fecundo como acercamento.

As referências principais às quais recorreremos, do ponto de vista conceitual, são Freire (1982) e Santos (2018), ambos os autores de dimensão planetária e atualíssima. Freire, como um pioneiro da anti-opressão, via autonomia pela educação, cujos preceitos se mantêm inspiradores e necessários de manter à luz, e Santos, que reivindica as Epistemologias do Sul como alternativa ao colonialismo e ao capitalismo. Foram contrapostas referências clássicas relacionadas ao contexto urbano brasileiro, que julgamos articuláveis ao continente dada a constância dos processos já enunciados, a estudos sobre urbanização na Venezuela, suas condições políticas, econômicas e socioterritoriais. Diante da hipótese desse estado da arte mundializado, espera-se confirmar possibilidades de autonomia imediata que possam gerar resistências e insurgências potentes de enfrentamento do *status quo*, construído de forma hegemônica. A partir do estudo de caso do PICO (*Proyecto de Interés Comunal*, na sigla em espanhol) Colectivo, seus princípios, metodologias e práxis social, intenta-se o entendimento desta experiência como um dos universos possíveis para a arquitetura na condição sistêmica de urbanização precária em países latino-americanos.

O PICO Colectivo constitui um coletivo venezuelano de arquitetura que se define como uma estrutura de ação política e territorial. Aposta no desenvolvimento de estratégias e operações de infraestrutura – englobando neste termo o projeto de arquitetura – em ambientes onde ocorrem precariedade socioespacial e conflitos urbanos. Fundado em 2011, busca trazer à tona, na diversidade de seu espectro, o debate sobre o papel da arquitetura e como a disciplina pode ser uma alternativa ao descaso do Estado em áreas fragilizadas da cidade.

Perguntas como "Quais tipos de negociações podem ser implantadas no bairro?", "Como são produzidas?", "Como são remuneradas?", "Como são mantidas ao longo do tempo?", são incógnitas da participação popular. Resolver esse paradoxo inclui, segundo o Colectivo, promover novas relações produtivas, refutando o acordo de coexistência dominante pré-estabelecido para constituir uma rede complexa de múltiplas associações complementares, baseadas na cooperação e no engajamento social (PICO COLECTIVO, 2017).

2 Segregação socioespacial na Venezuela como exemplaridade latinoamericana

Apresentamos inicialmente algumas considerações sobre fatores estruturantes que determinam a situação em que se encontra a República Bolivariana da Venezuela, que podem indicar paralelismos no universo da América Latina como território marcado pelo neocolonialismo e dependência. A estrutura sociopolítica venezuelana se viu passar por diversas fases, tanto de esperança quanto de duras repressões militares e ditatoriais, dicotomia que se percebe inclusive em discursos de seu líder mais significativo, Hugo Chávez, em dois momentos distintos. Em 1998, em sua primeira vitória via eleições, o líder defendia um governo que não fosse nem socialista, nem capitalista, aos moldes do britânico Tony Blair, como se fosse uma hipótese humanista. Dez anos depois, perante a experiência concreta de uma trajetória com ambiguidades e repleta de oposições e tentativas de golpe, Chávez reformula seu discurso e passa a defender a criação de um caminho socialista para o país pois, argumentava, apenas assim a Venezuela alcançaria sua liberdade (SANTOS, 2019, p. 23).

Segundo Fabio Luis Barbosa dos Santos (2019), a eleição de Hugo Chávez, em 1998, significou a primeira vitória de um candidato efetivamente contrário a políticas neoliberais no passado recente da América Latina. Para situarmos em que circunstâncias estava o país quando isso ocorreu, é importante considerar uma particularidade determinante da economia venezuelana: o petróleo. Em 1920, a Venezuela já havia se tornado a maior produtora de petróleo mundial e, para o deleite das elites dominantes, tamanha prosperidade tornou a pátria bolivariana uma economia extrativista e importadora de bens industrializados. Celso Furtado definiu esse estado como "subdesenvolvimento com abundância de divisas" (FURTADO, 2008). A valorização do bolívar pela chamada doença holandesa² elevou o preço dos produtos agrícolas exportáveis, levando o país a se tornar um importador de alimentos. Isso desencadeou a migração da população para os centros urbanos e, por consequência, a diminuição massiva das atividades produtivas (MARINGONI, 2009; SANTOS, 2019). Conforme aponta Miotto (2015), a economia venezuelana se beneficiou com o aumento do preço do petróleo e investiu na atividade imobiliária. No entanto, déficits em transações correntes levaram o país ao endividamento externo, somados a ajustes neoliberais implementados pelo Estado em função do capital internacional, agravando a situação de pobreza urbana. Dados preocupantes mostram que, em 1980, a população em situação de pobreza extrema era de 25% e, no ano de 1991, a pobreza urbana do país atingiu a marca de 85%, sendo 35% de pobreza e 50% de pobreza crítica.

A Venezuela aumentou seu grau de urbanização, simultaneamente à diminuição nas suas taxas de crescimento populacional. A desigualdade social aprofundada entre as décadas de 1980 e 1990 ocorreu em um território que enfrentava uma desindustrialização em uma base já pouco industrializada, afetando ainda mais o desemprego urbano (MIOTO, 2015). No caso de Caracas, tal desigualdade foi observada principalmente no setor terciário, onde se viu uma ampliação de sua característica heterogênea. Amaya (1999) cita duas consequências desse processo: a primeira, é a distribuição geográfica dos polos econômicos e a segunda, a segregação geográfica da população. De acordo com Hirao (2015), Caracas se tornou polo de empresas vinculadas ao capitalismo internacional, passando a assumir diversas funções dentro da hierarquia das cidades globais, como pesquisas acadêmicas. Suas novas centralidades passam a se localizar a leste, fragmentando ainda mais a mancha urbana da capital: um centro global de negócios conformou-se contíguo às áreas portuárias, em função dos novos vínculos do país com a economia global e as necessidades do capital nacional e internacional. A estruturação das cidades em função do mercado foi um fenômeno que se tornou comum na América Latina como um todo, durante os processos de conurbação (HIRAO, 2015).

Como defende Gorelik (2005), a cidade latino-americana poderia ser pensada como um ciclo que percorre desde o otimismo da modernização à sua inversão crítica e radical, palco de desigualdade e fragmentação socioespacial. Podemos desde já inferir que o fenômeno de urbanização acelerada nos países dependentes, observado especialmente a partir do pós-guerra, ocorreu, em grande medida, devido à pressão do processo capitalista nas periferias. Circunstâncias de industrialização tardia e incompleta provocaram uma explosão de grandes pólos urbanos, onde o Estado não foi capaz de constituir instrumentos suficientes para a provisão de moradia, infraestrutura e qualidade urbana para as populações expulsas do campo e recém-chegadas às

ciudades. Pode-se espelhar, mesmo dentro das especificidades próprias de cada país, a constância deste fenômeno de dependência e exclusão, a partir de vasta literatura que trata disto no Brasil (MARICATO, 2000; ROLNIK, 1997; KOWARICK, 1983; VILLAÇA, 2001), inclusive contrapondo-se à visão dualista predicada pela CEPAL, já na década de 1970, no ensaio pioneiro de Francisco de Oliveira (1975).

Segundo Villaça (2001) e Rolnik (1997), esse processo cria paisagens com graus distintos de privilégios e, conseqüentemente, de valores de mercado, conforme sua localização. Assim, podem-se definir as periferias, grosso modo, como espaços de exclusão e irregularidade que se referem a múltiplas configurações espaciais. Conforme Kowarick (1983), ao analisar o caso do Brasil, com a expulsão de contingentes populacionais do campo e o incremento quantitativo de mão de obra urbana ocorre a crescente pressão sobre a oferta de habitação popular, simultaneamente à valorização dos terrenos próximos às fábricas. Transferem-se, historicamente os gastos fabris com moradia para os próprios trabalhadores e os de infraestrutura para o Estado. As vilas operárias começam a desaparecer e o problema habitacional passa a ser resolvido pelas relações econômicas no mercado imobiliário, onde o salário não era suficiente para a própria reprodução da força de trabalho, especialmente para o provimento de moradia adequada.

Nesse contexto de origem, apesar de existirem programas de subsídios, há a constante insuficiência e enfrentamento, em que Harnecker (2019) identifica três fatores, articulados do ponto de vista da crise da esquerda como: a falta de pensamento próprio, a falta de estudo sobre o socialismo e a falta de estudo sobre o capitalismo. A autora afirma que as esquerdas progressistas da América Latina olharam para seu território com uma visão europeia, não estudando os êxitos conquistados pelo socialismo e, muito menos, suas derrotas.

3 PICO Colectivo: utopia realizável?

Para sua inserção social, à luz da discussão sobre o jogo de forças em que a sociedade vive contemporaneamente, o coletivo conclui que a democracia baseada no modelo de representação política estaria esgotada. Defende a necessidade de promover a transformação da estrutura hierárquica do Estado e a constituição de um sistema horizontal de poder, articulado a partir de inúmeros grupos locais, capazes de gerenciar seu próprio ambiente, como um desafio iminente (PICO COLECTIVO, 2017). Segundo Valencia (2015, p. 1, tradução nossa), "Como em grande parte da América Latina, a Venezuela tem sido um terreno fértil para o surgimento de jovens coletivos de arquitetura comprometidos em unir forças, manter a autonomia, formar sua própria voz e, acima de tudo, um foco social". Entre estes, está o PICO Colectivo, cujos membros fundadores se formaram dez anos após a revolução venezuelana, tendo como princípio questionar o papel do arquiteto na sociedade, mediante projetos participativos. Em publicação própria (PICO COLECTIVO, 2017), o coletivo apresenta os processos de trabalho, evidenciando a preocupação com o território, as comunidades e as técnicas sociais e construtivas utilizadas.

O pressuposto da arquitetura para o coletivo seria, portanto, promover intervenções capazes de cruzar o conhecimento técnico com a experiência popular, hibridizando o raciocínio e as estratégias na tomada de decisões e ações necessárias para conduzir transformações fortes, modificando o caráter exclusivo para a estruturação de ações compartilhadas. Assim, os arquitetos não de se envolver em problemas comuns, assumindo uma forma de co-liderança compartilhada, trabalhando como técnicos em desenho simultaneamente à sua condição de cidadãos em relações sociais, como também colaborando na interlocução política junto a instituições estatais. Suas premissas indicam que o arquiteto questione os modelos de engajamento pela competição no mercado e seus mecanismos de inserção de projetos, entendendo que cada problema de uma comunidade constitui uma situação de oportunidade em operar e detonar outros processos diretamente ligados às verdadeiras demandas populares.

Para o coletivo, a arquitetura não é um fim em si, mas um suporte a processos que vão além da própria infraestrutura, projetando a disciplina como uma ciência capaz de construir, mas também de abordar o potencial programático e cultural e promover relações sociais intensas. Somente sob essa condição de transversalidade seria possível aos arquitetos tornarem-se verdadeiros agentes de transformação (PICO COLECTIVO, 2017). Em relação à aproximação com a comunidade, Marcos Coronel, um dos fundadores do PICO, esclarece, em depoimento direto via *e-mail* às autoras, que todos os projetos são produto de anos de luta persistente junto às comunidades, as quais, muito antes do projeto, já elaboraram seu próprio plano, lidam com o diagnóstico preciso e identificam sua força de trabalho. Os espaços construídos são o resultado de intenso processo que precede a intervenção física. Os arquitetos dividem seu trabalho em três categorias: Estruturas Territoriais, Plataformas de Desenvolvimento Coletivo e Dispositivos Funcionais.

Definidas pelo coletivo como estratégias políticas, as Estruturas Territoriais visam constituir protocolos de gestão baseados em redes, tecidos e sistemas cooperativos, promovendo operações de transformação física e social em territórios socialmente complexos, a partir de ações acupunturais que buscam progressivamente irradiação em um ambiente mais amplo. Incorporam lógicas de organização não hegemônica onde se variam a

morfologia, a demanda programática ou a técnica construtiva empregada. Trata-se de pequenas operações sistêmicas que focam a atenção nas comunidades locais, buscando ações com objetivos claros, baixo atrito, resultados imediatos e a fomentação de novas motivações. Buscam responder às verdadeiras demandas da comunidade e do território, onde se tecem novas relações de convivência pela reconstrução de infraestruturas em locais indicados pelos moradores (PICO COLECTIVO, 2017).

A segunda categoria, Plataformas de Desenvolvimento Coletivo, apelidada de “microeconomias subversivas”, é composta por bases de operações que pretendem o estabelecimento e fortalecimento de programas culturais e esportivos nos assentamentos populares e áreas de conflito urbano. Estas intervenções objetivam fornecer espaços de apoio para atividades comunitárias, contando com grande participação dos grupos comunitários e movimentos sociais na escolha dos programas, locais a serem implantados e em sua execução. Diferentemente das Estruturas Territoriais, esta categoria não preconiza a serialização, podendo tratar de projetos isolados em locais diversos. A terceira categoria, os Dispositivos Funcionais, reúne projetos que se caracterizam como soluções pré-configuradas para problemas específicos. O conjunto destes dispositivos forma uma cartilha de elementos aplicáveis, como uma base a partir da qual eles podem ser reinterpretados, conforme as condições das diferentes realidades, tendo a participação ou não da comunidade no processo de realização da obra.

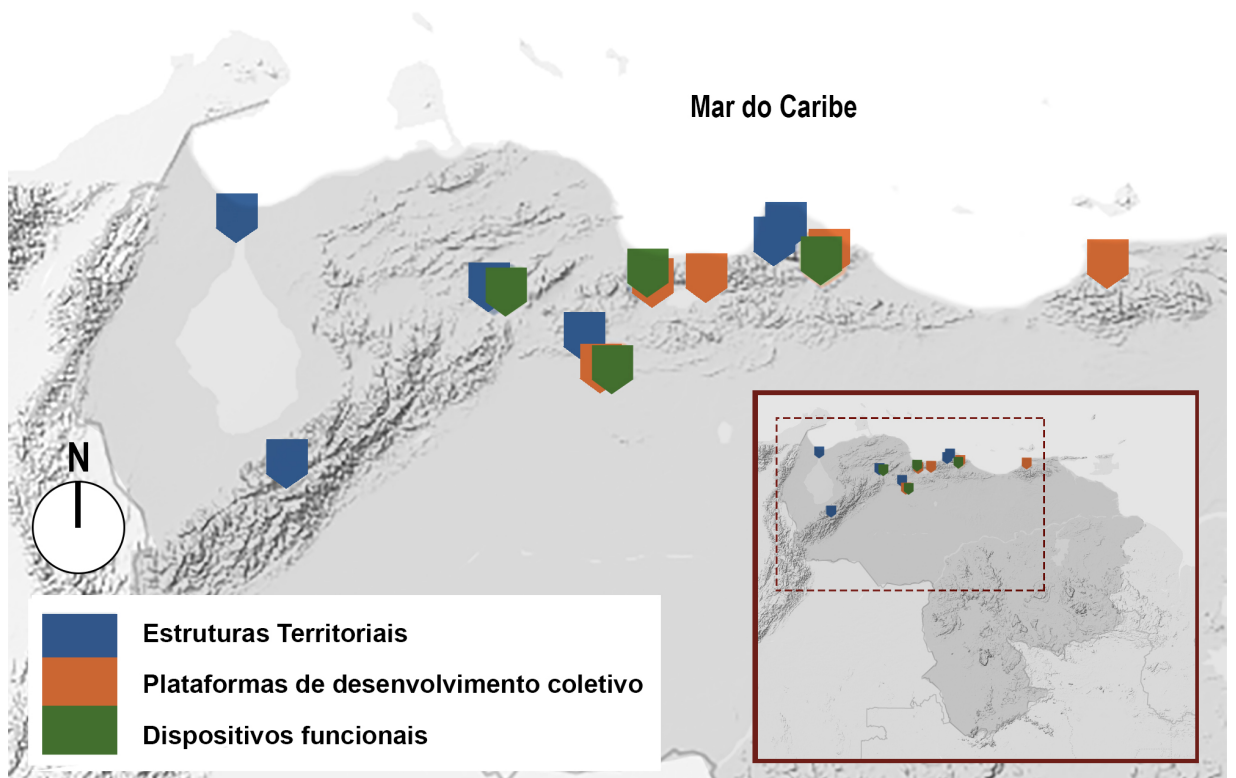


Fig. 1: Intervenções do PICO Colectivo na Venezuela. Fonte: Mapa do Google Earth com anotações das autoras, 2021.

A Figura 1 apresenta um mapeamento das intervenções do PICO Colectivo na Venezuela, em que é verificável quase sua totalidade em áreas de grande declividade, nas encostas da Cordilheira dos Andes e seus desmembramentos setentrionais, em geral em áreas de risco, sujeitas a desastres naturais, em comunidades segregadas, bairros carentes e áreas de favela. Examinaremos a seguir algumas destas experiências.

3.1 Habitações Produtivas do Bairro: arquitetura e urbanismo em um só modelo

Configuradas como protótipos diversos de unidades habitáveis a serem construídas à margem da cidade formal, consistem na criação de modelos replicáveis de infraestruturas domésticas que combinam os ambientes das habitações propriamente ditas, conforme especificidades programáticas para cada caso. Abrangem atividades produtivas em escala familiar, respeitando a característica agrícola do bairro, como hortas e pomares nos espaços entre as casas ou nos pátios livres. A estratégia do programa é gerar pontos focais de transformação que reverberem, potencializados, em uma rede residencial, como espaços cooperativos e áreas de produção. O sistema aposta em procedimentos e tecnologias já conhecidos pela comunidade, mesclados a soluções industriais, unindo saberes populares com os propriamente técnico-profissionais. Cada um dos quinze protótipos passou por um processo de revisão, realizado com a comunidade antes de sua construção, em um diálogo horizontal, para definição do que futuramente seria implementado nos locais definidos.

O bairro piloto foi interpretado como um grande ecossistema que incorpora três dimensões: ambiental, social e territorial. Na dimensão ambiental, foram levantadas as qualidades naturais do sítio em que seriam implantadas as intervenções e, como produto, obteve-se um dossiê no qual se buscou o entendimento detalhado sobre aspectos da geologia do solo, da topografia existente, dos tipos de vegetação e microclimas. Alicerçado neste estudo ambiental, foi realizado o cotejamento de possíveis fontes sustentáveis de energia, com a intenção de cobrir serviços não prestados pelo Estado, bem como hipóteses de hortas coletivas em pátios familiares, áreas comuns ou ao redor de riachos. A dimensão social consistiu na organização da comunidade, fundada na criação de espaços de participação coletiva, como salas de jantar, salas técnicas e locais em que pudessem ser discutidas agendas políticas e culturais. O objetivo foi o de unir a dimensão técnico-profissional às forças da população envolvida, na forma de acordos e de cadeias de trabalho onde existissem o intercâmbio horizontal de informações e discussões públicas.

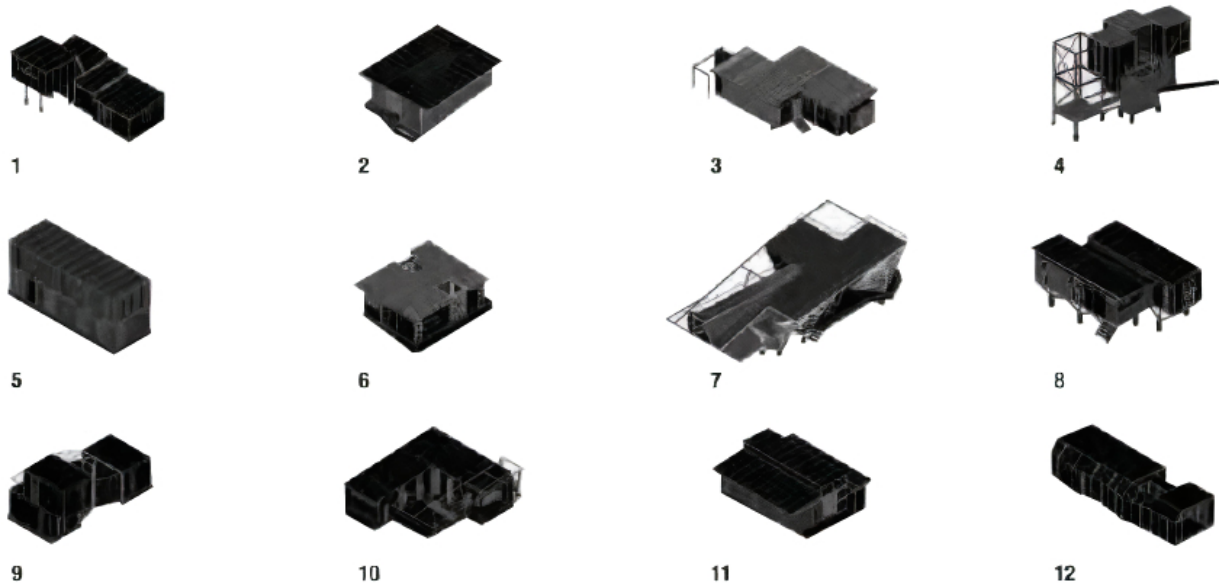


Fig. 2: Protótipos residenciais realizados pelo coletivo em bairro piloto. Fonte: PICO Colectivo, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3ytKl1i>. Acesso em: 19 set. 2020.

Consoante à dimensão territorial, foi realizado um plano urbanístico em microescala objetivando a reordenação físico territorial, onde foram redefinidas áreas públicas de convívio, vias de acesso e de segurança sob cabos de alta tensão. Ele propunha a unificação entre os setores da vizinhança, com vistas a dissolver seus limites, para que se pudesse construir novos pactos onde o novo foco passasse a ser pautado pelas relações de coexistência e solidariedade. Parte do sistema de protótipos do programa Habitações Produtivas do Bairro, como mostra a Figura 2, segue preceitos de tipologias habitacionais conectadas a uma rede de soluções que administram estratégias em um ecossistema rural emergente. Propõe um olhar focado no desenvolvimento de novas formas de morar em contextos rural-urbanos, deixando clara a possibilidade assertiva em explorar modelos que se distanciem dos prefigurados na cidade formal (PICO COLECTIVO, 2017).

3.2 Núcleo Cultural La Ye: catalizador social desde dentro



Fig. 3: Vista do bairro do Petare. Ao centro, a intervenção Núcleo Cultural La Ye. Fonte: PICO Colectivo, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3ytK11i>. Acesso em: 19 set. 2020.

O Núcleo Cultural La Ye (Figura 3) localiza-se no Petare, favela da região metropolitana de Caracas, Venezuela, considerada a maior do país, com aproximadamente 369.000 habitantes (DIO, 2021). O projeto caracteriza-se como um ambiente comunitário auto-administrado, frequentado por jovens do bairro, onde uma casa, antes em condições precárias, foi recuperada e transformada em um espaço para uso esportivo e cultural. Pensado como um microrganismo híbrido de economias alternativas, que destaca sua preexistência, La Ye tem seu princípio na realização de atividades atípicas, através da reestruturação de uma construção desocupada. Constituída por uma antiga casa autoconstruída, que funcionava como local de apostas e loja de bebidas, era considerada anteriormente como um local vulnerável e impróprio à convivência comunitária. No pavimento térreo, com área de 120m², havia diversas saletas segregadas, separadas por um corredor com iluminação e ventilação natural deficientes. Na cobertura, em estado inacabado, havia vergalhões expostos para ampliação de um pavimento futuro. Uma escada perimetral de acesso a outros edifícios lindeiros, completava o conjunto.

O ponto de partida da concepção foi a transformação da casa em espaços multiuso a serem apropriados pela comunidade. Um dos nós do projeto foi a construção de uma quadra poliesportiva, como espaço integrador de diferentes atividades recreativas, adaptando o tabuleiro de cobertura, completado pela adição de platibanda envoltória. Como metodologia, foram criadas quatro equipes interconectadas, onde diferentes agentes atuaram simultaneamente. A equipe de desenho foi encarregada de definir o programa de usos da construção, as estratégias de intervenção e o planejamento do trabalho. A equipe de identidade definiu uma imagem que representasse o projeto, assim como seus elementos simbólicos. A equipe de atividades foi encarregada de propor um programa de eventos que aconteceriam durante e após a reforma. A equipe de comunicação foi responsável por desenvolver o trabalho de documentação em forma de um diário do trabalho.

Durante a intervenção, foram realizadas análises e diagnósticos em conjunto com as quatro equipes, o que alavancou uma conversa horizontal que permitiu encontrar as necessidades básicas do projeto e obra, bem como um consenso dos objetivos comuns. As ações e soluções foram formuladas durante um processo decisório em tempo real, o que as tornou flexíveis e adaptadas ao cenário, respondendo às perguntas conjunturais e de logística. Segundo o Pico Colectivo (2017), um fator muito importante para que a execução acontecesse dentro do prazo estabelecido foi a criação de tal método de trabalho dinâmico e processual, regido pela máxima do "aprender a fazer".

3.3 Cineteca: pontos reverberantes e replicáveis na paisagem urbana

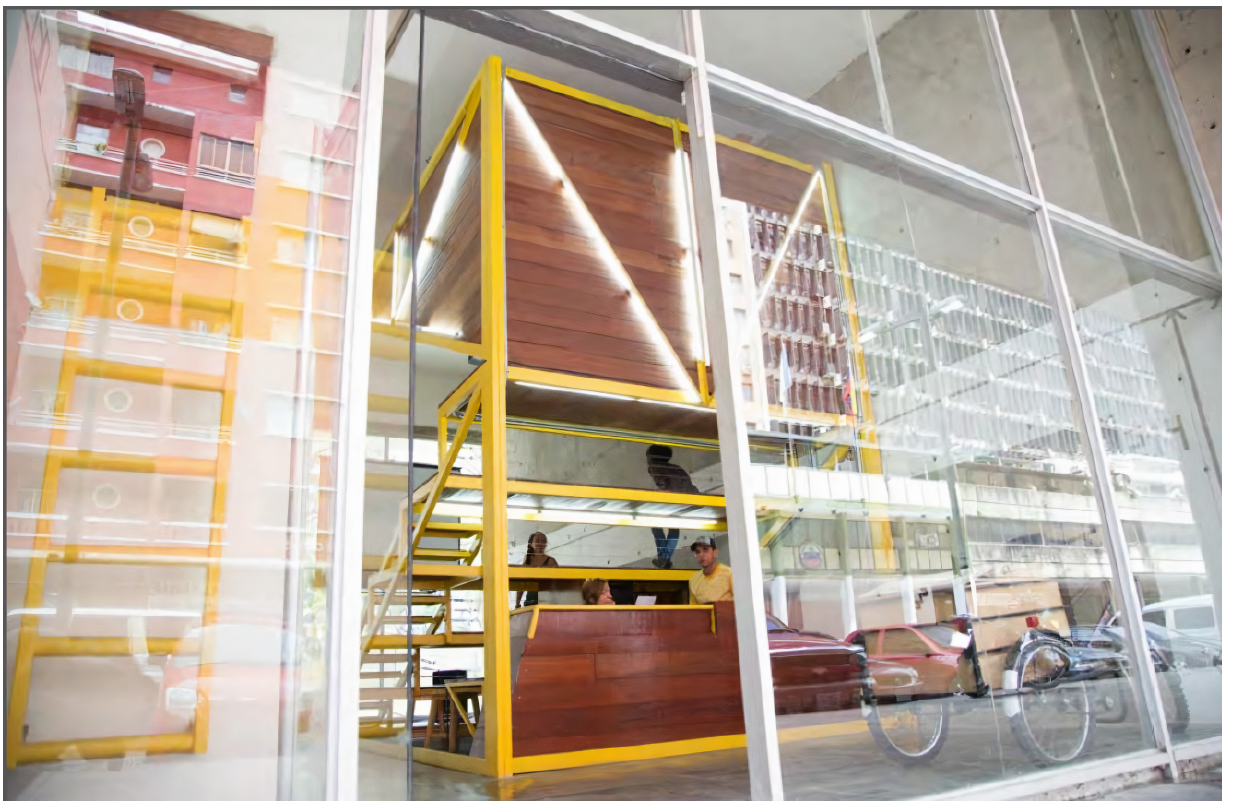


Fig. 4: Vista externa da intervenção Cineteca. Fonte: PICO Colectivo, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3ytKl1i>. Acesso em: 19 set. 2020.

No conjunto denominado como módulos de espelhamento, a Cineteca (Figura 4) consiste em uma ocupação pública que ocorreu, em 2014, no térreo do edifício Omar Torrijos, na Avenida Bolívar, em Caracas. Contempla um equipamento para atividades lúdicas desenvolvido pelos jovens desse edifício, do gerenciamento à autoprodução. A instalação original é composta por dois armazéns com pé direito duplo, com área de 50m² cada um, que se comunicam entre si física e visualmente. O objetivo é consolidar o primeiro sistema de espaços públicos integrados e abertos à cidade para promover o encontro diário de seus moradores.



Fig. 5: Intervenção atuando como Cineteca e espaço recreativo para as crianças do edifício. Fonte: PICO Colectivo, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3ytK11i>. Acesso em: 19 set. 2020.

A Cineteca (Figura 5) se articula em torno de duas necessidades fundamentais: a construção de um espaço para projeções audiovisuais, teatrais, de encontros comunitários e de uso variado, para substituir o pátio de acesso ao prédio, e um *playground* alternativo aos convencionais, para as crianças do edifício. Seu uso, capacidade e técnicas foram organizados a partir de um sistema estrutural modular, regido por treliças simples triangulares intertravadas. Mediante esta concepção, há a possibilidade de replicação em diversas escalas e configurações, podendo ser adaptada a diferentes ambientes e usos. Para sua produção, foi realizada uma linha de trabalho baseada em quatro protocolos simples: medição, corte, montagem e pintura. Com sua simplicidade construtiva, o projeto visou se transformar em uma escola de fácil aprendizagem, que estimulasse o lazer e, principalmente, a participação ativa dos jovens que ali residem. O resultado foi uma interação da comunidade para que seus moradores pudessem se conhecer mais profundamente, como passo para o avanço em sua autonomia e reconhecimento político de consolidação neste lugar.

4 Considerações finais: a luta é contínua

Mediante quadro teórico, estudo comparativo e eleição de três projetos exemplares de circunstâncias, métodos e escalas diversos, objetivou-se compreender as formas de abordagem do PICO Colectivo em diferentes cenários, como estudo de caso que possa ter correspondência a situações análogas no universo latino-americano. Para tal, apresentou-se um projeto de prototipagem residencial em rede, idealizado e construído com a contribuição da comunidade, um núcleo cultural e esportivo, onde se encontrava uma casa de jogos de azar já deteriorada e marcada pela violência, e a concepção de um objeto replicável, com função recreativa para crianças e adultos, em forma de *jogódromo* ou cinema itinerante.

Da leitura de projetos que diferem entre si, depreende-se a compreensão de suas conexões devido a seus propósitos e metodologias. Deles desponta a consciência de inserção política, cuja colaboração participativa comunitária é central, e o foco não reside, necessariamente, na uniformização das técnicas, das características formais, ou dos programas. O que importa a esta arquitetura, segundo a interpretação das autoras, é que os projetos reverberem e consigo carreguem um designio de luta por dignidade e pelo direito à igualdade, a se refletir em espaços públicos e íntimos de qualidade, na definição de cidade como bem infraestruturado, equipado, e ambiental e sócio espacialmente justo.

Diante da recorrente segregação socioespacial e da ineficiência do Estado – que constitui um projeto – e suas diversas e perversas consequências, que alcançam a condição de crise urbana planetária (DAVIS, 2006), buscou-se debruçar-se sobre possibilidades horizontalizadas de pequena escala. Como paradigma, foram selecionadas conceituações de referências de alcance estrutural para orientar a leitura de situações palpáveis e realizadas, perante as quais o entendimento de procedimentos concretos e localizados pudessem apontar

correspondências. Seu mote em comum é a esperança de maior dignidade em nosso continente. A proposição de paradigmas alternativos de enfrentamento da situação sistêmica nas periferias urbanas, por ações projetuais de participação comunitária, como hipótese de propostas conjunturais para problemas estruturais, pode ser uma das formas de resistência na afirmação de identidade dos lugares, autonomia comunitária, qualificação de espaços coletivos, indicando uma direção de ampliação das reivindicações populares pelo direito de existir.

Aposta-se em uma virada contra hegemônica de uma *utopia realizável* (LUZ, 2020, p. 6), baseada em uma revolução epistemológica. Com ela objetiva-se rebater as consequências do capitalismo, em direção a um sistema horizontal e igualitário, onde as especificidades não sejam excluídas, mas vistas como alternativas a problemas para os quais sempre foram dadas as mesmas soluções racionais e mercantis (SANTOS, 2018).

Examinando uma situação recorrente no continente latino-americano, este trabalho procurou compreender uma metodologia de arquitetura de integração disciplinar a camadas populares, especialmente aquelas em condição de opressão, fragilidade ou precariedade socioespacial, mediante decisões compartilhadas, unindo seus saberes sobre os territórios e sobre si mesmas à teoria e *práxis* dos profissionais, em um diálogo horizontal livre da arrogância colonizadora (PICO COLECTIVO, 2017). Essa ação entende que ninguém compreende melhor as dinâmicas e necessidades de um lugar do que quem o vivencia, e que este saber é imprescindível para uma arquitetura igualitária que vise contribuir positivamente para a transformação de lugares fragilizados pela linha abissal que polariza a sociedade capitalista. Este fator é agravado nos territórios submetidos à hegemonia mundializada, entendidos, a partir de Santos (2018), como Sul Global. Processos e ações dessa natureza podem ser considerados um projeto pedagógico, socialmente necessário e definidor da função social da arquitetura e do urbanismo como disciplinas e profissão, nos moldes preconizados por Freire (1982).

Tais projetos, conjunturais para ter poder de tocar o âmbito estrutural e eventualmente apontar transformações de maior amplitude, devem estar ligados a ações políticas, fomentando formas organizadas de processos de apropriação, formação cívica e, no limite, constituir instrumental para reivindicação de direitos perante a experimentação vivencial, atingindo o estatuto de compreensão conceitual. A população oprimida necessita tomar consciência de classe e alcançar a teoria de suas práticas como metodologia, para planejar sua ação de tomada de liberdade e autonomia. Permanecendo apenas em teoria, tamanhos esforços podem se reduzir a pensamentos abstratos e, por oposição, a *práxis* mal fundamentada pode não resultar em ações transformadoras, onde a arquitetura e urbanismo deve estar inexoravelmente compromissada em constituir contribuições importantes.

Paralelos poderiam ser tecidos com respeito a contradições entre localismo e iniciativas individualizadas, recorrentes desde os anos 1990, depois capturados pelos discursos neoliberais, em que soa a consequente desvalorização do Estado ou sua substituição pura e simples por estes processos pulverizados. A permanência destas ações nos parece, contudo, mais atuar no campo da resistência e da intenção de formar quadros comunitários capazes de conscientização e luta por seus direitos, e menos no aceite em incorporar para si funções eminentemente de responsabilidade pública. O fio da navalha entre a acomodação à desvalia, a resolução de urgências, a ação no presente e o processo de luta por igualdade, autonomia e emancipação segue em curso. Consideramos que o caso do PICO Colectivo segue nesta direção.

Na aceleração do mundo capitalista e racionalizado instrumental – em busca de sucesso, eficiência e acumulação –, olvida-se de olhar para os lados com respeito e empatia, primordiais para a construção de uma sociedade mais horizontal e justa, o que deve ser premissa fundamental para o campo da arquitetura e do urbanismo. Esta nos parece ser a configuração do PICO Colectivo como exemplaridade. De outra sorte, mediante o *status quo* profissional, corre-se o risco recorrente de que resistências possam ser esmagadas pela ideologia hegemônica que as faça acreditar que nada podem fazer para mudar essa situação (KOWARICK, 1983; FREIRE, 1982). E assim continuamos. Este trabalho pretende um esforço de entendimento ao revés, na contracorrente.

Referencias

AMAYA, C. A. Desarrollo histórico del sistema urbano venezolano: modelos de organización. **Revista Geográfica Venezolana**, Mérida, Venezuela, v. 40, n. 2, p. 167-199, 1999.

DIO, H. P. Venezuela: the most violent slum in the world. **Large Movements: storie di esseri umani**, 18, jan. 2021. Disponível em: <https://migrazioniontheroad.largemovements.it/petare-venezuela-slum/>. Acesso em: 21 maio 2021.

DAVIS, M. **Planeta Favela**. São Paulo: Boitempo, 2006.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

FURTADO, C. **Ensaio sobre a Venezuela**: subdesenvolvimento com abundância de divisas. Rio de Janeiro: Contraponto/ Centro Internacional Celso Furtado, 2008.

GORELIK, A. A produção da "cidade latino-americana". **Tempo Social Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 111-133, 2005.

HARNECKER, M. **Os desafios da esquerda latino-americana**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

HIRAO, F. H. **As questões habitacional e urbana na Venezuela Contemporânea**, 2015. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

KOWARICK, L. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

LÓPEZ MAYA, M. La crisis del chavismo en la Venezuela actual. Cidade do México: **Estudios Latinoamericanos**, Nueva Época, [S. l.], n. 38, p. 159- 185, out. 2016.

LUZ, V. S. **Cultura, técnica e política**: fronteiras contemporâneas de resistência perante fragilidades socioespaciais e ambientais, 2020. Projeto de Pesquisa. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2020. Mimeografado.

MARICATO, E. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, O., VAINER, C., MARICATO, E. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 121-193.

MARINGONI, G. **A revolução venezuelana**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

MIOTO, B. T. **As políticas habitacionais no subdesenvolvimento**: os casos do Brasil, Colômbia, México e Venezuela (1980/ 2013), 2015. Tese (Doutorado em Economia) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

OLIVEIRA, F. A economia brasileira: crítica à razão dualista. **Estudos CEBRAP**, Seleções CEBRAP 1 - Questionando a Economia Brasileira. São Paulo: Editora Brasiliense/CEBRAP, 1975.

PICO COLECTIVO. **Proyecto de interés comunal**: infraestructuras de empoderamiento social: contextos emergentes en Venezuela. Caracas, Venezuela, jul. 2017. Disponível em: <https://picocolectivo.org.ve/>. Acesso em: 12 jul. 2019. Versão de prova.

ROLNIK, R. **A cidade e a lei**: legislação, política e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP, 1997.

SANTOS, B. S. **Construindo as epistemologias do sul**: antologia essencial. Para um pensamento alternativo de alternativas. Buenos Aires: CLACSO, v. II, 2018.

SANTOS, F. L. B. **Uma história da onda progressista sul-americana (1998- 2016)**. 2a. ed. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

SANT'ANNA, M. T. **Alternativas projetuais para fragilidades socioespaciais e ambientais na América Latina**: estudo de caso PICO Colectivo, Venezuela. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Campinas, 2021.

VALENCIA, N. Venezuelan urban acupuncture: Spaces of Peace by PICO Estudio. **The Architectural Review**, Essays, 9 set. 2015. Disponível em: <https://www.architectural-review.com/essays/venezuelan-urban-acupuncture-spaces-of-peace-by-pico-estudio/8686647.article>. Acesso em: 30 mar. 2019.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel/Fapesp; Harrisburg/Pensilvânia: Lincoln Institute, 2001.

1 O artigo deriva de Dissertação de Mestrado de Mariana Tealdi Sant'Anna, orientada pela coautora, aprovada em fevereiro de 2021 e homologada em março de 2021, no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Brasil (SANT'ANNA, 2021). O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

2 Segundo López Maya (2016, p. 168, tradução nossa), "a doença holandesa é conhecida como uma enfermidade que ocorre nas economias nacionais devido aos efeitos de uma entrada massiva de divisas (dólares), que geralmente provém do pagamento de uma matéria-prima no mercado internacional, como petróleo, cobre ou gás natural. Essa entrada leva a uma sobrevalorização da moeda que, se não freada, arruína o aparato produtivo, principalmente o industrial." Do original em espanhol: "Se conoce como enfermedad holandesa un mal que ocurre en economías nacionales por los efectos de una entrada masiva de divisas (dólares), que suelen provenir del pago una materia prima en el mercado internacional como petróleo, cobre o el gas natural. Esta entrada acarrea una sobrevaluación de la moneda que, si no frena, va arruinando el aparato productivo, sobre todo el industrial."